

SOCIOLOGIA VIVA: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UMA REDE LATINO- AMERICANA DE OBSERVATÓRIOS FUNDIÁRIOS E NÚCLEOS DE PESQUISA E EXTENSÃO FOCADOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO AGROAMBIENTAIS RURAIS E NAS LUTAS POR TERRA

Ana Maria Motta Ribeiro¹; Hugo Belarmino de Morais²
Maria José Andrade de Souza³; Emmanuel Oguri Freitas⁴

RESUMO: Pretende-se neste artigo refletir conjuntamente sobre uma perspectiva acadêmico-militante derivada da *expertise* dos pesquisadores para integração de atuações de apoio intelectual junto a movimentos sociais organizados em situações de conflito. Do ponto de vista teórico-metodológico, parte-se da compreensão histórica, social e pedagógica com que Edward Thompson interpreta a formação da classe a partir das experiências vivenciadas em cada situação datada e localizada de luta, que se articula com a importância de se aprender a ouvir e a registrar a fala do homem simples ou comum. Assumindo pressuposto destas reflexões a agência humana que vivencia processos de subalternização em situações de disputa e/ou confronto com a apropriação da natureza no mundo rural - ou de definição de territorialidades no meio urbano - delimita-se aqui como de interesse deste trabalho a abertura para reconhecimento de novos recortes e ferramentas metodológicas. Neste sentido, apresenta-se a experiência

¹Professora Associada do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito - PPGSD na Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense - OBFF. E-mail: anamribeiro@outlook.com

²Professor Assistente do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF) e idealizador do Observatório Fundiário e Ambiental da Paraíba. Advogado Popular. E-mail: hugobelmorais@gmail.com

³Professora Substituta do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF). E-mail: mariaandrasouza@gmail.com

⁴Professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutor em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF). E-mail: emmanuel.of@gmail.com

dos observatórios fundiários em seu processo atual de construção em rede a fim de ampliar a discussão sobre a validade e viabilidade da articulação de pesquisadores, extensionistas e seus núcleos de trabalho, sempre tendo como enfoque principal as situações de conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Observatórios; Lutas por terra e território; Conflitos socioambientais; Sociologia Rural e Ambiental; Questão agrária.

ABSTRACT: This article intends to reflect together on an academic-militant perspective derived from the researchers' expertise to integrate intellectual support activities with organized social movements in situations of conflict. From the theoretical-methodological point of view, it starts from the historical, social and pedagogical understanding with which Edward Thompson interprets the formation of the class from the experiences lived in each dated and localized situation of struggle, which articulates with the importance of learning to listen and record the speech of the simple or ordinary man. Thus, as an emphasis or presupposition of these reflections, the human agency that experiences processes of subalternization in situations of dispute and / or confrontation with the appropriation of nature in the rural world - or of the definition of territorialities in the urban environment - is defined here as interest of this work the opening for recognition of new cuts and methodological tools. In this sense, the experience of land observatories in their current network construction process is presented, in order to broaden the discussion about the validity and feasibility of the articulation of researchers, extensionists and their work nucleos, always having as main focus the conflict situations.

KEYWORDS: Observatories; Fights over land and territory; Socio-environmental conflicts; Rural and Environmental Sociology; Agrarian question.

INTRODUÇÃO

Pretende-se, neste artigo, refletir conjuntamente sobre uma perspectiva acadêmico-militante derivada da *expertise* dos pesquisadores para integração de atuações de apoio intelectual junto à movimentos sociais organizados em situações de conflito

Relembrando as reflexões trazidas por Carlo Ginzburg no Prefácio de *O queijo e os vermes*, é um desafio e ao mesmo tempo uma necessidade conseguir recontar de uma forma plausível e rigososa as narrativas das classes subalternizadas, fugindo, por um lado, de uma perspectiva de totalidade vazia e, em geral, autoritária mas sem cair também no fascínio do exótico e do incompreensível. Considerando-se a enorme escassez de registros públicos sobre a realidade vivida por pessoas comuns e empobrecidas em suas próprias versões e a ausência real de meios de produção, guarda e divulgação formal de registros dos processos históricos que colocuem em relevo a sua ação social a partir da experiência e da percepção dos subalternizados, emerge com vigor a relevância de se recuperar essas experiências tanto para pesquisadores quanto para os próprios atingidos (GINZBURG, 2006).

Essa necessidade ocorre principalmente dentro de processos nos quais são buscados direitos e reconhecimento através das lutas que travam para poder aparecer na cena social e publicizar suas histórias e versões, para evitar a falsa aparência de que a História Humana é feita apenas pelas elites e donos do poder.

Essas dificuldades de registro representam, efetivamente, um fato que torna invisível e interdita uma presença mais completa e concreta da sociedade real, formando uma explicação empiricamente equivocada - posto que parcial - e uma revelação ideologizada como produto apenas das classes dominantes e dos interesses portados pelas relações de dominação em curso em cada época.

Tais fatos reforçam uma espécie de “apagamento sociológico”, que termina por reduzir a importância e o lugar desses segmentos - em especial os aqui destacados no mundo rural - e, no limite, representa a negação do sentido e da eficácia de suas lutas as quais, paradoxalmente, também formam uma parte essencial dos resultados históricos que definem concretamente a vida social moderna burguesa.

Esse fenômeno - decorrente em geral do poder instituído pelo domínio dos meios de produção e reprodução de registros - tende a formação de um erro crônico, ao tomar *os vitoriosos* dos diferentes e diversos embates entre as classes como *os únicos* representantes do movimento de criação da realidade e assim da suposta verdade.

Definitivamente, a presença e a relevância das pessoas comuns e de suas lutas na produção da história e formas de organização crítica de seus

interesses precisam ser resgatados, reconhecidos e partilhados, sobretudo entre os produtores de conhecimento teórico-crítico e entre os membros de movimentos sociais organizados, em especial as narrativas atravessadas pelos conflitos que caracterizam a própria luta por sobrevivência, para manutenção de modos de vida tradicional, para garantia de terra e território, etc.

São esses princípios que atuam como diretrizes deste ensaio, em formato ainda aberto decorrente da intenção dos autores de aproveitar o espaço do Encontro de Redes Rurais para abrir uma discussão acadêmico-militante com a finalidade de integrar atuações de apoio intelectual junto à movimentos sociais organizados em situações de conflito e que interagem de alguma forma com a Academia.

Este texto é, portanto, uma sistematização das ideias-chave que visam a reunir diferentes grupos de cuidadores, guardadores ou acumuladores de acervos gerados em situações de conflito que são, ao mesmo tempo, produtores de novas informações críticas emergentes desses processos a contrapelo.

Trata-se, outrossim, de um texto em construção a várias mãos, que é apresentado agora muito mais em forma de ensaio, como produto de alguns encontros já realizados, de forma a “apresentar-se” ao debate e provocar o encontro coletivo sem pretender qualquer fechamento teórico ou metodológico em termos conceituais e/ou políticos. Decorre das atividades planejadas para constituição de uma rede de observatórios e/ou núcleos de pesquisa e extensão focados em situações de conflitos agroambientais, de forma que pretendemos apreender e descobrir as diferentes estratégias de atuação/intervenção ligadas ao tema, notadamente ligadas às experiências que interligam ensino-pesquisa-extensão em Universidades e que buscam trabalhar empiricamente com a experiência social dos subalternizados.

Por meio do debate coletivo, espera-se abrir caminhos concretos para a problematização dessa realidade e a troca de experiências que já vêm sendo desenvolvidas no Brasil e na América Latina, reunindo a energia, informações e perspectivas necessárias à invenção de novas e criativas metodologias para a prática da recuperação e da anotação sistemáticas, assim como a possibilidade de intercâmbio de acervos dentro de um processo que seja objetivo, científico e juridicamente útil para as lutas sociais.

O QUE SÃO OBSERVATÓRIOS E QUAIS SEUS OBJETIVOS? QUAL SUA RELAÇÃO COM AS LUTAS PELAS TERRA/TERRITÓRIO?

Em alguns ambientes do mundo acadêmico, do setor não-governamental e em agências vinculadas a entidades de classe têm sido criadas algumas estruturas que se constituem em formato de Observatórios ou Núcleos, servindo de apoio logístico e de ferramenta de sustentação e de reflexão às lutas sociais. Estes espaços têm conseguido produzir conjuntos expressivos de informações e dados sobre a problemática rural, urbana, étnica, de classe e de gênero e se constituem a partir de diferentes concepções teórico-metodológicas e de sociedade.

Academicamente, poderíamos afirmar que os Observatórios são núcleos de formação em pesquisa e/ou extensão que pretendem reunir diferentes grupos de cuidadores, guardadores ou acumuladores de acervos gerados em situações de conflitos que são, ao mesmo tempo, também produtores de novas informações críticas emergentes destes processos a contrapelo. Nas universidades esses conteúdos atualizam o ensino, principalmente em nível de pós-graduação *stricto sensu*, fato que configura a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Entendemos, aqui, que se trata de um trabalho com base em experiências de mediação, que viabilizem modos de assessoria a movimentos sociais organizados em situação de conflito socioambiental e agrário, que sejam desenvolvidos desde a universidade através de projetos e práticas de Extensão e Pesquisa. Pretende-se estimular a articulação de diferentes experiências que se desenvolvam nesse sentido para uma formação em rede dessas práticas. O objetivo maior seria o de chegar a atingir um acúmulo crítico que se alimente de intercâmbios estratégicos entre equipes diversas –trabalhadores em Núcleos de Pesquisa ou Arquivos sobre movimentos sociais e Observatórios Fundiários em diferentes Universidades - para abrir possibilidades de descobrir e dar sentido em nível macro (neste caso, latino-americano) aos conflitos mapeados e estudados em cada caso. Isto, naturalmente, sem perder a expressão singular constituinte em cada caso, a temporalidade e a emergência de tensões relativas às experiências de opressão e de controle pelo Estado ou por outras formas de alteridade em disputa.

Pressupõe-se, nesta proposta, que apenas através desse movimento de articulação entre grupos de trabalho, que partilham o estudo de situações de conflito ou de resistência entre grupos subalternizados no mundo rural seria possível analisar formas de rebeldia e resistência para revelar, por esta via, os efeitos e impactos (a dimensão do que aqui denominamos de

”sofrimento sociológico”) da forma contemporânea de atuação do capital transnacional que vem empreendendo formas cada vez mais agressivas de apropriação privada da terra, dos recursos naturais - sobretudo das águas - e dos territórios.

Espera-se obter dessa cooperação interdisciplinar uma nova compreensão sobre esses significados reveladores da produção contraditória e em movimento constante, de identidades novas e velhas, as quais mudam ao mesmo tempo em que podem também se cristalizar, que se reafirmam entre os sujeitos vulneráveis. Tratam-se de identidades em movimento, que se configuram pelos sujeitos, tanto em sua socialização interna quanto externamente determinadas. Estas se expressam em reação às variadas formas assumidas e representadas como alteridade, relativamente às suas concepções sobre a vida, sobre seus direitos originários de ocupação e reprodução no e do território, sobre a natureza, ou sobre a espiritualidade ancestral que os define enquanto comunidades de “bem viver”. Todas essas identidades têm sido, em geral, massacradas, oprimidas e invisibilizadas, expressando-se de novas formas de representação dos sujeitos, eventualmente até abstratas, que aparecem como significadores da dominação.

A ideia implícita é a de conduzir ações e procedimentos instruídos e intelectuais, que aportem um potencial para aprender a ver ou para intervir a ponto de fazer emergir novos conceitos, teorias e métodos durante e através do envolvimento direto entre universidade e esses segmentos territorializados. Fazem parte desse campo dos subalternizados as comunidades tradicionais, os sem-terras assentados e beneficiários da reforma agrária, os segmentos de agricultura familiar, os membros de comunidades étnicas, diversas populações reassentadas que foram deslocadas compulsoriamente por barragens, narcotráfico, mineração, grandes projetos de desenvolvimento, pela poluição de rios e mares, enfim, os quais podem ser consignados na mesma condição de “atingidos” .

Temos a firme convicção de que esses processos de pesquisa e extensão/ assessoria se constituem numa experiência que modifica a realidade empírica e nela a dinâmica desses sujeitos em foco, tanto quanto modifica os sujeitos da academia (mediadores) que pretendem produzir conhecimento. Sendo, portanto, pedagógicos porque facilitam e permitem o treinamento e a ressignificação das possibilidades do olhar, do tato, da audição, do olfato e do paladar como ferramentas de conhecimento sensível, direcionadas à abertura dos canais de inteligência teórica, ao mesmo tempo em que renovam

e definem importantes compromissos de solidariedade, humildade cognitiva, além de parceria como padrão ético imprescindível à consolidação epistêmica adequada e crítica da relação entre sujeito e objeto de conhecimento.

Essas experiências de trabalho podem aparecer nas mais diversas formas em termos de métodos e técnicas, incluindo o trabalho de coleta documental e em fontes diversas, o registro e a formação de acervos visuais (vídeos, fotos, imagens variadas em termos de produção de linguagens e narrativas, mapas ou desenhos) e então, documentais, mas, sobretudo aquelas reconhecidas como trabalho de campo. São formatadas como Cartografias Sociais, Observação-Participante, Estágios de Vivência Rural, Advocacia Popular, Educação no Campo, Oficinas de Memória, Pesquisa-Ação, Pesquisa-Militante, Pesquisa-Luta, e pela realização de diagnóstico rápido participativo (DRP), só para citar as mais frequentes. Todas sendo modelos de coleta e processos de formação profissionalizantes de ofício e formas de sistematização do acúmulo de estratégias teórico e metodológicas praticadas que poderão ser trocadas entre os diferentes Observatórios e Núcleos. A articulação possibilita a partilha dos registros e guardas desses saberes populares encontrados que irão gradativamente se constituindo enquanto acervos.

Mesmo sendo estimulado pelo Observatório Fundiário Fluminense (ObFF), através do acúmulo de produção em forma de Orientação Coletiva de alunos de graduação de vários cursos, e a partir de acompanhamento de trabalhos de campo de orientandos de mestrado e doutorado do PPGSD, da Universidade Federal Fluminense, que pretende sintetizar o percurso de formação dessa rede latino-americana, está incluído, também, no planejamento desta tarefa maior, a montagem de um centro de referência virtual de sistematização de dados e informações e de armazenamento de arquivos de produção acadêmica, a ser desenvolvido por um dos parceiros junto a Universidade Católica de Salvador. Vislumbra-se, ainda, uma sede física nas dependências da Universidade Federal de Goiás, que irá desenvolver o encaminhamento da centralização de documentos e imagens para os que tiverem interesse e dará espaço, em especial, à formação de acervos populares, para que tenham um domínio de autoria e reconhecimento no Observatório Fundiário de Goiás (OFUNGO). Na mesma medida outros observatórios estão em processo de consolidação estimulados pela dinâmica aberta neste processo, como na UEFS e na UFPB.

Vemos, nesta proposta de criação de uma Rede Latino-Americana de Observatórios, uma experiência pedagógica que se desenvolve enquanto

se produz pesquisa e extensão fora das salas de aula e que podem retornar como pautas de luta. Observamos que parte desse aprendizado é absorvido enquanto conteúdo para a definição de ementas de disciplinas optativas ou eletivas, que permitem o acesso a uma dimensão da realidade que remete às condições concretas de vida da maioria da população que, em geral, não são reconhecidas como “conhecimento”. Essas narrativas costumam ser silenciadas por não serem constituídas como saber aceito na instrução formal e ilustrada, firmada e reconhecida pelos bacharéis, além de serem parte de uma determinação de classe que se desdobra enquanto gênero, etnia, raça e posição subordinada do continente.

Certamente, esse tipo de formação, que acontece enquanto se pratica assessoria a movimentos sociais ou a comunidades em situação de conflito socioambiental e agrário, se dá a contrapelo e se desenvolve mais confortavelmente numa vertente interdisciplinar. Essa opção pretende habilitar os alunos a conversarem e aprenderem a integrar os diferentes saberes formados pelas disciplinas e ciências que baseiam seus currículos disciplinares de modo articulado e com alto rendimento, afetando positivamente suas certezas que foram sendo estabelecidas ao longo de seus cursos formais. Torna-se possível, com isso, a eclosão de novas formas de compreensão teórica, num sentido mais acurado com a realidade no âmbito das ciências sociais, habilitando para lidar com fatos e processos complexos recortados por afetação estratégica de opressão de classe.

Assim, as novas modalidades de sociabilidade recortadas “desde abajo” a serem descobertas e reconhecidas enquanto tal para além de sua imposição pela reprodução definida pela marginalização de direitos e pela exclusão das/pelas políticas públicas precisam ser estudadas e conhecidas enquanto se transformam e emergem como resistência organizada no interior e a partir de situações de conflito.

Através da articulação de diferentes perspectivas de pesquisa e extensão em casos assim delimitados, pretende-se alcançar a produção de conhecimento balizado que possa dar luz a acontecimentos em curso que, por ora, poderíamos chamar de novas formas de sociabilidade civil rebelde (porque estudar e reconhecer apenas as formas de acomodação?), tendo em vista acúmulos registrados e guardados ao longo dos processos de luta das entidades de ação popular (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra [MST], Movimento dos Pequenos Agricultores [MPA], Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB], além de outros pertencentes à Via

Campesina, as Pastorais da Terra, o MTST e outros).

Partimos da consideração de que a construção dessas experiências em rede e numa territorialização latino-americana, ainda pouco produzida e rompendo as fronteiras do isolamento brasileiro nessa condição (que reporta a consideração de um passado onde partilha-se uma condição colonizada em comum), pode trazer a possibilidade efetiva da produção de novos saberes e conhecimentos críticos.

E deve-se ressaltar, ainda, a vantagem da integração interdisciplinar aqui defendida porque abre perspectivas criativas de compreensão a partir de seus enfoques, numa aproximação, ainda que tensa, de conhecimentos em debate, embora a tensão neste caso possa ser assumida como desafio instigante. Podemos apontar a natureza criativa do encontro de diferentes e interessantes enfoques em cena, pela organização metodológica dos diálogos como instrumento de trabalho, integrado pela via da convergência e do estranhamento, através das análises realizadas por geógrafos, sociólogos, historiadores, antropólogos, filósofos, economistas, advogados populares de perfil acadêmico, educadores, psicólogos, engenheiros agrônomos ou agrícolas. Os ricos resultados se constroem nas trocas de experiências de *sofrimento sociológico* verificadas na empiria aqui desenhada, que se expressam no cotidiano das populações atingidas, em especial, quando são produzidos e ativados em forma de “resistência coletiva”.

Esses processos de resistência conseguem, algumas vezes, problematizar a carga de *sofrimento sociológico* e se traduzir nas expressões da luta na tentativa de achar caminhos de neutralização das dores que enfrentam por não terem acesso mínimo ao “direito de dizer não”. Nesses casos, muitas vezes, aparecem novas formas de concepção dos regramentos sociais até por fora do direito constituído e mesmo o Estado aparece redefinido, como no caso da experiência atual de segmentos indígenas na Bolívia.

Por último, vale destacar a importância de uma reconsideração acerca do lugar e do papel do mediador neste tipo de proposta, uma vez que a agência da mediação também pode ser concebida não como externalidade, mas como parte do próprio conflito e de seus meios de reprodução.

Tomamos como basilar a ideia de que são inerentemente tensas e conflitivas as relações que se constituem em torno dos mediadores e, exatamente por isso, cada vez que se estabelecem, essas tensões promovem uma espécie de acomodação conflitiva de saberes e, então, o que resulta se reproduz como nova forma de conhecimento via de regra estabelecida

por negociação com ou sem ascendência do mediador (ROMANO, 1994).

Neves (2004) aporta ainda mais complicadores para a compreensão desse processo social da assessoria aos movimentos sociais pela academia ou por outra agência de mediação atuante em cada situação. Segundo a autora, quando estuda agentes de desenvolvimento que se percebem como instrumentos de reordenação social e corretores de tendências na sociedade, pode-se perceber em que medida essa mediação, num contexto cultural que desconsidere esse jogo complexo de diferenças, parte do pressuposto de que *a priori* o mediado não consegue ou não pode partir de um projeto político próprio e acaba dependente de alianças com outros agentes que se oferecem e se apresentam como seus porta-vozes por legitimarem seus projetos. A nosso ver, isso define o tipo, a qualidade e o padrão da mediação a ser construída. E, mesmo assim, como adverte a autora mencionada, a mediação sempre deverá ser tomada na sua diversidade dinâmica.

Ponderamos que a construção da mediação não elimina a disputa por hegemonia de propostas, que embora apareçam em determinado lugar não se restringem a essa fonte, podendo ser articuladas por dentro e por fora da relação focalizada. Assim, Novaes (1994) também ajuda bastante na compreensão concreta dessa condição basilar da experiência que propomos. Para esta autora, a mediação é definida e sedimentada no pressuposto da existência das assimetrias econômicas, da dominação política, das diferenças culturais e do isolamento existente entre as partes no interior de uma situação enraizada e fundamentada pela sociedade abrangente.

Nesta medida, torna-se chave de pensamento, neste caso, entender que a mediação pode de fato se estabelecer “para o bem” (para o questionamento da dominação) ou “para o mal” (para a adaptação e reprodução dos projetos alheios aos interesses do mediado).

Mas, finalmente, podemos considerar como fundamento o fato de que para a maioria dos autores que buscamos para compreender essa dinâmica, a mediação deve ser percebida na sua condição de flexibilidade e polissemia, em especial quando referida a processos sociais em curso no meio rural. Levando em conta que a observação terá como meta o olhar sobre as experiências rebeldes e em estado de resistência dentro de situações concretas de conflito em comunidades reais, a mediação também será posta sob o foco do estranhamento, na medida em que será concebida como parte integrante desse acontecimento social, por sua condição de interveniência.

Estamos certos da propriedade de se estabelecer a tarefa de construção

desses objetivos através da articulação de grupos estruturados em forma de Observatórios ou Núcleos de pesquisa e extensão em um primeiro momento. Posteriormente, ocorrerá a inclusão de lideranças participantes dessas situações de conflito, de sujeitos com posição de liderança legitimada dentro de comunidades tradicionais atingidas, bem como integrantes de grupos de resistência organizados dentro dessas linhas de enfoque.

Será um desafio importante desenvolver essa integração para que se consiga promover a emergência de uma intelectualidade coletiva, que será vital para a abertura de processos de negociação e de aprendizagem que possam gerar criticamente, numa construção difícil - entretanto desejada e bem-vinda – através da inclusão de lideranças como inteligência orgânica, para além do campo de observação exterior, na condição internalizada mesma no campo de produção de conhecimento cientificamente validado. Nesse caso, figurarão como autores e intelectuais, portadores de uma narrativa que poderá disputar inclusive as conclusões a serem atingidas pelo coletivo, caso haja uma solicitação real neste sentido pelos observados no conflito.

A intensão é a de produzir uma alternativa de fazer sociológico que escolhemos denominar como **Sociologia Viva**, dado seu caráter estrutural focado no trabalho de campo e seu fundamento teórico metodológico ancorado no materialismo histórico dialético, especificamente na vertente dos historiadores marxistas britânicos. Isto é o que definimos como uma modalidade de pensamento coletivo e crítico que pensamos estar construindo a contrapelo.

ALGUMAS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

De um ponto de vista mais macro, um dos marcos teóricos principais de acúmulo e estabelecido em conjunto com trabalhos de orientação (mestrado e doutorado) tem recebido a influência de E.P. Thompson.

Como se sabe, Thompson assume o materialismo histórico-dialético e a tradição marxista de maneira extremamente heterodoxa, dada a posição crítica que irá assumir, após 1956, acerca dos rumos da União Soviética sob domínio stalinista ou das críticas ao pensamento de Althusser que qualificou como produto do “determinismo econômico fascinado pelo idealismo teórico” (1981, p. 20). O que importa particularmente para nós neste ensaio é ressaltar o desenvolvimento do conceito de *classe e experiência* do autor, que nos é útil para compreensão do processo de lutas emancipatórias “desde abajo”.

Isto porque Thompson dá ao tema da classe um tratamento diferenciado, recusando-se a entendê-la como um conceito *a priori* e trabalhando-a como categoria histórica⁵. Tal conceito recebe, pois, um reconhecimento muito diferenciado, já que o autor define que a classe pode ser analisada com base num conjunto de evidências “empiricamente observáveis” com um conteúdo histórico correspondente, mas também pode ser analisada através de uma *caracterização heurística ou analítica* para “organizar a evidência histórica” (1981, p. 34). Neste segundo caso, afirma que:

Isso vem a destacar, pois, *que classe, em seu sentido heurístico, é inseparável da noção de luta de classes. Na minha opinião, se tem prestado uma atenção teórica excessiva a “classe” e muito pouca à “luta de classes”. Na realidade, luta de classes é um conceito prévio assim como muito mais universal. As classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (principalmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter poder sobre os explorados), identificam pontes de interesse antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico. Todo este esquálido confucionismo que nos rodeia é consequência do erro prévio: que as classes existem, independentemente de relações e lutas históricas, e que lutam porque existem, no lugar de fazer surgir sua existência da luta* (1981, p. 37-38 - grifos nossos).

Para tal, formula também o conceito de experiência humana (1981), no qual os fatos e acontecimentos históricos são avaliados a partir do reconhecimento dos seres humanos como produtores e produtos do “ser social” em movimento, de forma a interligar *processo e estrutura*, sem negar os determinantes objetivos:

Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência *parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se*

⁵ Utilizamos, aqui, indistintamente, a nossa própria tradução do espanhol do livro *Tradición, revuelta y conciencia de clase* (1981), bem como o capítulo *Algumas observações sobre classe e falsa consciência*, em *A peculiaridade dos ingleses e outros escritos* (2001).

contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência - uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador já que *compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento* (1981, p. 15 - *grifos nossos*).

Desta forma, numa verdadeira inovação teórico-metodológica, ao defender que “o termo ausente” para Althusser seria exatamente a experiência humana: expressão flexível e, obviamente, conflituosa, sem deixar de ser rigorosa. Thompson afirma:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que *experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (1981, p. 182 - *grifos nossos*).

Se, como ensina Thompson, estrutura e processo, base e superestrutura, modo de produção e cultura, não são termos indissociáveis na tradição marxista, acreditamos ser possível uma aliança entre tais reflexões e o pensamento crítico latino-americano em sua vertente decolonial, na busca de uma espécie de marxismo “decolonizado”, que ressalte o lugar de fala, as necessidades e atravessamentos ligados à questão da raça, classe e gênero e nos quais a colonialidade do poder e do saber - que é constitutiva desta experiência social dos subalternizados, em especial na América Latina - seja também compreendida e problematizada (LANDER, 2005).

Por outro lado, é importante ressaltar a importância das caracterizações teórico-metodológicas ligadas à pesquisa-ação, observação participante ou investigação-ação para recordarmos Fals-Borda. Dada a quantidade de materiais sobre esta perspectiva metodológica nos valem de uma síntese produzida pelo próprio Fals-Borda ainda em 1978, que acreditamos suficientemente profunda para nossos interesses de “provocação”:

1. El problema de la relación entre el pensar y el ser – la sensación y lo físico- se resuelve por la observación de lo material que es externo a nosotros e independiente de nuestra conciencia; y lo material incluye no sólo lo constatable de la naturaleza sino también las condiciones fundamentales primarias, de la existencia humana.
2. El problema de la formación y reducción del conocimiento no se resuelve diferenciando los fenómenos de las cosas –en- sí, sino planteando la diferencia entre lo que es conocido y lo que todavía no se conoce. Todo conocimiento es inacabado y variable y queda sujeto, por lo mismo al razonamiento dialéctico; nace de la ignorancia, en un esfuerzo por reducirla y llegar a ser más completo y exacto.
3. El problema de la relación entre el pensar y el actuar se resuelve reconociendo una actividad real de las cosas a la cual sólo se adviene por la práctica que, en este sentido, es anterior a la reflexión; allí se demuestra la objetiva, que es la materia en movimiento.
4. El problema de la relación entre forma y contenido se resuelve planteado la posibilidad de superar su indiferencia por la práctica y no sólo por el comportamiento intuitivo o contemplativo; toda cosa se da como un complejo inextricable de forma y contenido, de allí que la teoría no pueda separarse de la práctica, ni le sujeto del objeto (FALS-BORDA, 1978, p. 03).

Em geral, portanto, os marcos da teoria crítica e da pesquisa-ação acompanha as trajetórias dos Observatórios até aqui, entendida também como um “[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, 1985, p. 14).

O método de abordagem será essencialmente dialético – que penetra o mundo dos fenômenos por meio de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Toda verdade para o método dialético é uma “verdade-processo”, que assume as configurações históricas enquanto componentes materiais condicionantes da própria atividade científica.

Dada a centralidade dos conflitos socioambientais e da questão agrária no Brasil no âmbito dos Observatórios Fundiários e/ou Territoriais, toda

a complexidade da matriz fundiária e as contradições a ela inerentes são incorporadas, buscando, inclusive atualizar estas referências para abarcar a heterogeneidade constitutiva da realidade agrária nacional. Neste sentido, cabe pensar na própria situação de concentração fundiária e o descumprimento da função socioambiental da terra como elementos importantes, somados à existência de territorialidades e modelos de sociedade que se conflituam e movem os atores e atrizes sociais para as lutas.

Inicialmente, cabe assinalar uma metáfora utilizada pelo Prof. Carlos Frederico Marés, quando se refere ao direito brasileiro como um conjunto de fotografias. O autor relata que nestas imagens alguns personagens “aparecem com uma nitidez quase irritante, enquanto o resto, que forma o fundo, está intencionalmente fora de foco. Os personagens principais são sempre a propriedade privada, especialmente da terra, e o contrato de compra e venda” (MARÉS, 2011, p. 11 In: ESCRIVÃO FILHO, 2011). Continua o autor, retratando que as outras partes da imagem só poderão ser observadas adequadamente utilizando de técnicas muito especiais, afinal, como a fotografia do direito de propriedade privada da terra é sempre muito nítida, certamente poder-se-iam ver outros institutos jurídicos, mas sempre fora de foco, escondidos, manchados, como a desapropriação ou a própria função social e também o conceito de território:

Os contornos jurídicos da propriedade privada da terra parecem absolutamente nítidos e sem jaça quando olhados com a velha ideologia proprietária, mas se focarmos melhor as manchas que o circundam com análise não só crítica, mas também emancipatória, então se pode ver que a velha ideologia proprietária não é capaz de explicar o sistema e, para manter o conceito arcaico, usa apenas o poder que realmente tem: político, econômico, policial e penal (MARÉS, 2011, p. 11 In: ESCRIVÃO FILHO, 2011).

Desta forma, um dos objetivos dos Observatórios é justamente também efetuar uma leitura desta “fotografia jurídica” a partir das lentes adequadas, visando não só desnudar as questões técnico-jurídicas que são utilizadas na proteção do direito de propriedade, seja no âmbito rural/urbano, fundiário e ambiental, seja na observação e diagnóstico desses elementos mais amplos que conformam o sistema jurídico: a questão agrária e as lutas por terra e território.

Neste cenário, portanto, a “modernização” do campo brasileiro é compreendida ocultando o caráter concentrador e expropriatório próprio do

agronegócio, como aponta Bernardo Mançano Fernandes: “Se o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES, 2008, p. 65). Em contraponto a esse modelo, a professora Maria Nazareth Wanderley afirma a possibilidade de conceber o espaço rural como um “espaço físico diferenciado” e como “lugar de vida”:

Em primeiro lugar, [o espaço rural] enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional) (WANDERLEY, 2001, p. 03).

Dada uma situação de desigualdade estrutural e jurídica também corresponde uma situação de resistência e luta. As questões sociais derivadas do contexto agrário nacional ajudam a explicar tanto o processo de exclusão quanto as reivindicações derivadas dos movimentos sociais de luta pela terra e para além da terra.

Por isso vimos sempre trabalhando a noção de território, para caracterizar não somente uma “dimensão físico-geográfica” mas também um espaço político e cultural por excelência, no qual “se realizam determinadas relações sociais” (FERNANDES, 2008, p. 53). O território, portanto, é um espaço de reprodução física, cultural e simbólica que se confronta, dada uma determinada estrutura social e política, com outros territórios, a depender das relações de poder que se estabelecem.

Em suma, esse processo agrega três faces importantes: primeiramente, é preciso romper com qualquer concepção dicotômica da realidade que separa o rural e o urbano, pois estes dois espaços não possuem fronteiras rígidas (interagem cotidianamente), embora não percam, por isso, as suas especificidades e identidades; em segundo lugar, as lutas dos movimentos sociais não se restringem às lutas pela propriedade fundiária e pela a manutenção de “valores camponeses tradicionais”, mas ultrapassam-na, pois

são lutas pela libertação e emancipação humanas, incluindo demandas por saúde, acesso à justiça, assistência técnica, educação, cultura, etc; por fim, é preciso conceber a terra/território como *meio* de trabalho (ontologicamente considerado), possibilitando a construção de identidades e de cidadania no campo. É a partir destas reflexões que se pode falar em *recriação* ou *reinvenção* do campo (SAUER, 2010, p. 35-44), justamente vinculando aqui a centralidade do processo de luta, a questão dos conflitos derivados da nossa matriz fundiária - urbana e rural e a perspectiva de atuação concreta que interliga ensino-pesquisa-extensão enquanto tarefa primordial dos sujeitos sociais ligados à Academia em parceria com os movimentos sociais organizados e/ou grupos sociais subalternizados.

O QUE JÁ TEMOS? RELATO DAS ÚLTIMAS EXPERIÊNCIAS DE ARTICULAÇÃO DE UMA REDE DE OBSERVATÓRIOS

A tentativa de criação de tal espaço de discussão já vem sendo almejada a algum tempo. Pesquisadores ligados ao Observatório Fundiário Fluminense, ao Observatório Fundiário e Ambiental da Paraíba, Observatório Fundiário Goiano, Observatório de Conflitos Rurais de São Paulo, Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (UCSAL), Observatório de Conflitos do Campo do Espírito Santo, entre outras entidades, desde 2016 planejam a consolidação de uma rede de observatórios, visando a integração entre pesquisa e mudança social como instrumentos do combate a desigualdades sociais pela crítica e participação social.

Mais recentemente, como parte de uma agenda de encontros, realizou-se em Feira de Santana mais uma Oficina intitulada *DISCUTINDO A CONSOLIDAÇÃO DE UMA REDE LATINO-AMERICANA DE OBSERVATÓRIOS DE CONFLITOS AGRÁRIO-AMBIENTAIS*, durante a XI Feira do Semiárido e o II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo?, na Universidade Estadual de Feira de Santana, e contou com a participação de estudantes e professores da UEFS, UFF, UCSAL, UFBA, UNEB, IFBA e da Universidad de Humanismo Cristiano/Chile. Neste encontro, foram feitas algumas articulações importantes e uma análise de conjuntura sobre a questão agrária e os conflitos agrários e ambientais a partir das trajetórias dos sujeitos e dos grupos participantes.

A ideia de construção de uma Rede iniciou a partir da necessidade de transformar o Observatório Fundiário Fluminense em um espaço vivo

no momento em que este OBF foi impactado pelas mudanças estruturais ocorridas na Universidade Federal Fluminense, que decorreram, dentre outros, na rearrumação e redistribuição de salas, com impacto direto na continuidade do OBFF, enquanto espaço físico para realização de encontros, reuniões e manutenção e guarda do acervo que foi construído ao longo de mais de duas décadas – livros, revistas, cartazes, vídeos, relatórios de pesquisa e documentos diversos sobre a questão agrária. Desse fato, a partir da necessidade de transferência do acervo para o OBF da UFG, começam os primeiros contornos em torno de uma proposta de consolidação de Rede, que possa organizar e potencializar as experiências existentes, como também favorecer a construção de novos observatórios como se pretende fazer na Bahia.

Em diálogo com outros observatórios fundiários, esta proposta de construção de uma “rede latinoamericana” se apresenta como uma resposta estratégica que possa uniformizar, minimamente, os trabalhos, os projetos e iniciativas que estão ocorrendo em diversos lugares. Unir o rural, o agrário e o ambiental com uma dimensão de rede que tenha abrangência na América Latina. Esse tipo de iniciativa adquire uma grande importância, especialmente, na atual conjuntura de expropriação e aumento da violência contra segmentos sociais subalternizados.

Nesse primeiro encontro, ocorrido na UEFS, os participantes encaminharam algumas propostas e expuseram ideias embrionárias de como poderia ser desenhada e organizada a Rede. Como forma de reunir as experiências através de uma língua comum, foi sugerido que estabelecêssemos um recorte para organização e sistematização de registros sobre os impactos e os conflitos, que pode ser feito através de descritores – pelos biomas, pelas questões agroambientais, por exemplo: os gerais e o padrão do impacto do capital sobre essas áreas; Rio São Francisco e o caminho das águas, considerando que do ponto de vista do capital a estratégia de apropriação da natureza segue um determinado curso que difere da lógica dos atingidos pelas grandes obras.

A partir das apresentações, evidenciou-se o potencial de consolidação de um Observatório Fundiário no estado da Bahia. No encontro, professores e estudantes da UEFS, UNEB, UFBA, IFBA e UCSAL expuseram os projetos que desenvolvem e outras iniciativas que são desenvolvidas que podem se somar a esta proposta. Os integrantes da UEFS destacaram a importância de dialogarmos com alguns grupos nesta Universidade, a exemplo do

“Repensar Feira”, que vem se construindo como um observatório da cidade; do Laboratório de História e Memória das Esquerdas e das Lutas Sociais – LABELU; do LEGADIA (Grupo de Pesquisa em Economia), que desenvolve estudos sobre a questão do trabalho livre e escravo.

Na Bahia, é preciso destacar a parceria e diálogos que estão sendo feitos com o Grupo “Desenvolvimento, Sociedade e Natureza” (DSN/UCSAL), coordenado pela professora Cristina Alencar; e com o GEOGRAFAR/UFBA, coordenado pela professora Guiomar Germani. Essas e outras iniciativas podem ser reunidas num projeto de OBF baiano, no sentido de dar visibilidade às diversas experiências da academia, dos movimentos sociais, organizações e entidades que atuam na questão agrária baiana a partir de uma articulação capaz de sistematizar e organizar uma base para a resistência.

Nesse sentido, é importante destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de duas décadas pelo GEOGRAFAR, UFBA, que é um dos grupos parceiros para consolidação da Rede e construção de um Observatório Fundiário na Bahia. O Geografar - que é uma sigla e um verbo – é um grupo que existe desde 1996, ano marcado pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, e tem como escala de atuação a Bahia. Começou a partir de um projeto financiado pelo CNPq que tinha por objetivo tentar entender a produção do espaço agrário baiano, a grande conflitualidade que marca esse espaço e de que maneira a atuação do Estado e a atuação dos movimentos sociais interferem na produção desse espaço. O grupo tem construído um Banco de Dados sobre reforma agrária – assentamentos, cédula da terra -, a questão agrária, os conflitos socioterritoriais. O Banco de Dados é alimentado com dados oficiais e os trabalhos de pesquisa. O GEOGRAFAR também faz a guarda do acervo de Antonio Dias e Eli Estrela. Além disso, realiza mapeamento de cenários de luta na terra empreendidas pelas comunidades tradicionais. Inventário de energias: barragens na Bahia, ampliado para eólica e solar. A metodologia de trabalho articula ensino, pesquisa e extensão com o entendimento de que teoria e empiria caminham juntas no processo.

Para se tornar um projeto e um coletivo de referência na questão agrária baiana, o GEOGRAFAR, ao longo de sua atuação, vem desenvolvendo trabalhos que se destacam pelas parcerias e importância para a luta dos grupos e setores subalternizados da sociedade, a exemplo, da parceria com a Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores/as Rurais da

Bahia – AATR, no enfrentamento da questão do trabalho escravo (AATR). As pesquisas revelam que os municípios baianos são lugares que exportam mão-de-obra para as relações de trabalho análoga à escravidão. Além disso, o GEOGRAFAR tem feito uma pesquisa ao longo dos últimos anos sobre as terras devolutas na Bahia, que tenta apresentar o caminho tortuoso para se tentar entender a questão dessas terras no estado e da apropriação privada do território baiano quando estima-se que 50% das terras da Bahia sejam devolutas. O grupo também realiza o mapeamento georreferenciado das comunidades quilombolas da Bahia certificadas pela Fundação Cultural Palmares e das comunidades de fundos e fechos de pasto da Bahia, que é fruto de uma parceria entre a Universidade e articulação de comunidades de fundos e fechos de pasto.

Neste encontro, após constatar que a natureza dos conflitos agrários em diferentes locais da América Latina é semelhante, porque semelhantes são as formas de apropriação dos meios produção que o capitalismo dita, um professor da Universidad de Humanismo Cristiano/Chile apontou para a pertinência da iniciativa de criar uma rede com este foco e lembrou tanto que a construção social da realidade não é feita somente pelos poderosos, quanto que os grupos subalternizados e excluídos não são uma massa homogênea, nos seus aspectos culturais e materiais de subsistência/existência. Falou sobre a experiência do Núcleo de Investigación y Docencia en Ambiente y Sociedad – NIDAS, que desenvolve trabalhos e pesquisas em conflitos ambientais/socioambientais a partir de uma vinculação com os atores envolvidos no conflito, em particular ao lado dos grupos subalternizados, a exemplo dos pescadores e recoletores de algas. O Núcleo é vinculado à Universidad Academia de Humanismo Cristiano, uma universidade privada que atualmente tem cerca de 4.500 estudantes, instituição gestada em tempos em que a Igreja Católica chilena tornou-se um bastião de defesa dos direitos humanos, no começo da Ditadura que governou o país, entre 1973 e 1989. Expôs algumas experiências da universidade a que está vinculado, bem como a forma como organizam as cátedras no Instituto de Humanidades: Direitos Humanos, Gênero, História Social, Razão e Subjetividade, Comunidade, Economia, Sociedade e Natureza. Relatou que as abordagens incluem debates transdisciplinares em estudos latino-americanos. Ao final, levantou algumas questões para reflexão: como a conceituação e delimitação da ideia de observatório e de conflito socioambiental, entendendo que o estabelecimento de linha demarcatória é parte do caminho.

Essas e outras propostas vem sendo desenhadas, de uma maneira interdisciplinar e coletiva, a cada novo encontro da Rede, que tem coincidido com a participação dos interessados em eventos nacionais e internacionais, de caráter acadêmico e político. Os encontros até este momento aconteceram no Seminário Final da Turma de Direito do PRONERA/UEFS; no Curso CPT - Formação de agentes em situação de conflitos, em Bahia e Pernambuco; no VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais, em Araraquara; no Seminario Taller Latinoamericano “Saberes diversos hacia un abordaje complejo de las transformaciones territoriales”, em Santiago del Estero - Argentina; no Encontro da Rede de Estudos Rurais, em Florianópolis, Santa Catarina; e ainda será debatida no Encontro de Ciências Sociais e Barragens, em Santiago, Chile. Para 2019, já estão previstos: III Simpósio Baiano de Geografia Agrária, em Barreiras, Bahia; SINGA, Recife, Pernambuco.

Além dos encontros acadêmicos, alguns integrantes vêm realizando reuniões para construção da proposta. Em 09 de junho de 2018, foi realizada uma reunião na sede do grupo GEOGRAFAR, na UFBA, com o intuito de agregar as articulações do Observatório Agrário e Ambiental da Bahia com a criação do Observatório Latino-americano Agroambiental. O debate tratou sobre o que seria definido enquanto ações, de acordo com a estrutura de cada grupo e disponibilidades para criação do Observatório da Bahia, que articularia a rede latino-americana no Estado. Como tarefa, estabeleceu-se a necessidade de um mapeamento de grupos de pesquisa que trabalhem com a questão fundiária, agrária e ambiental, além de dialogar com os movimentos sociais do campo para falar sobre o Observatório, mobilizando a relação necessária entre a construção de acervos sobre as lutas dos subalternizados e suas práticas concretas, produtoras da experiência.

Em razão da dificuldade de reunião presencial dos diversos grupos que passam a construir essa rede, os espaços virtuais têm sido utilizados como forma de manutenção das relações entre os diferentes sujeitos e com intuito de socialização das denúncias, pautas, eventos e demais atividades, quais sejam: 1) Mapeamento dos grupos de pesquisa nas instituições que os membros atuam e demais iniciativas no grupo de projetos de pesquisa do CNPQ. Solicitação em cada lugar de trabalho (Universidades, escolas e institutos) da criação de grupos de pesquisa/extensão sobre questão agrária e ambiental para subsidiar as ações da rede; 2) Organizar projetos que possam ser estruturados como ponto de partida para o observatório. PIBIC, PIBEX e afins, para estruturar nas regiões; 3) Cadastrar no CNPQ como

grupo interinstitucional e interdisciplinar, após o encontro de educação no campo, como uma proposta de institucionalizar o observatório como grupo de pesquisa integrando os diversos territórios; 4) Participação nos eventos para articular e qualificar o debate; 5) Mapeamentos dos trabalhos que tratem de temáticas sobre a questão agrária na Bahia – definir metodologia. Verificar os objetivos estabelecidos na proposta já articulada para o observatório baiano; 6) Criação de uma lista de e-mail que incorpore os participantes das listas já existentes, bem como incorporação em grupos específicos de articulação da rede baiana no aplicativo whatsapp.

Com o objetivo de ampliar a rede para uma dimensão latinoamericana, é importante destacar a realização de um encontro no Instituto Gino Germani, durante o “Seminario Taller Latinoamericano “Saberes diversos hacia un abordaje complejo de las transformaciones territoriales”, ocorrido em 21 e 22 junho, em Santiago del Estero, Argentina, bem como no evento preparatório realizado no dia 19 de junho, intitulado “Herramientas políticas y Organizacionales para la Defensa de los Derechos Territoriales”, a convite de Gaston Godoy Garraza do INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuaria).

Nestes encontros, foi importante reconhecer as afinidades das questões teóricas, metodológicas e políticas implicadas nesta proposta de trabalho e nas experiências que vem sendo desenvolvidas pelos pesquisadores e militantes de outros países da América Latina. Alguns participantes apresentaram a experiência do “Grupo de Ecologia Política, Comunidades y Derechos” (GEPCyD - IIGG), destacando a questão da conflitualidade por terras, territórios e bens da natureza nos trabalhos do grupo, com base teórica na ecologia política e na sociologia rural. Destacaram também a utilização da metodologia da cartografia social como aposta para vincular-se aos sujeitos organizados em resistência e luta e valorizando a cartografia social como uma chave para o processo de produção do conhecimento e não somente como atividade de extensão na universidade. Ademais, trabalham na discussão/interface entre sociologia rural e sociologia jurídica (mais crítica) e do pluralismo jurídico.

Foi apresentada a experiência do Grupo de Estudios Rurales - Grupo de Estudios de Movimientos Sociales de America Latin (GER-GEMSAL), que desenvolve pesquisas sobre a propriedade intelectual de sementes, realiza trabalhos em três províncias (Buenos Aires, Mendoza e Haucan), na qual são mapeadas as estratégias de territorialização das empresas do agronegócio e

as resistências concretas e formas alternativas de produção (agroecologia, etc.), além da aproximação com algumas organizações camponesas.

Na sequência, uma participante expôs sua pesquisa de caráter mais teórico sobre o desenvolvimento da biotecnologia aplicada ao “agro” - “Biotecnocapitalismo”, compreendido como um salto qualitativo sobre as novas formas de manipulação da vida através do campo da biotecnologia, que manejado pelo capital implica em outras formas de ordenamento sociopolítico da vida. Por skype, uma participante explicou seu contexto de pesquisa em Pernambuco, ligado à Agroecologia e suas redes de apoio, buscando a construção de novos conhecimentos e mapeamento das experiências de resistência, em especial da cadeia de produção ao agronegócio. Etc. Por fim, foi relatada a experiência da extensão e pesquisa de uma equipe de pedagogos na cátedra de soberania alimentaria e agroecologia, que desenvolve trabalhos com algumas organizações, em particular com a UTT (Unión Trabajadores), e com produtores envolvidos com a agroecologia.

A cada novo encontro, a metodologia vem sendo construída com as indicações e propostas dos participantes que atuam em diferentes espaços e realidades. Nesse sentido, os eventos que temos participado têm sido uma boa oportunidade para construirmos as pontes e “tecer a rede”, em coerência com a proposta metodológica da **sociologia viva**.

CONCLUSÕES INCONCLUSAS: O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO

A intenção maior deste texto é a provocação. Em especial para a possibilidade de criação de um ambiente aberto, que permita uma definição melhor elaborada quanto à rede e que todos os presentes possam construir e definir sua operacionalização, a partir das experiências concretas de cada grupo representado para poder depois partilhar os modos de produção de seu trabalho até que cheguemos juntos a uma proposta quanto a essa articulação em forma de rede de Observatórios (e outros afins), desde o Brasil até a América Latina, sempre reconhecendo como parceiras as concepções de sociedade e de ciência que direcionam os fenômenos observados e analisados dentro e fora da academia, no sentido de se ampliarem as condições de se propiciar melhores formas de se “dar voz” aos invisibilizados e silenciados sociais. Naturalmente dentro de um campo de conhecimento com centralidade nas concepções científicas e em movimento dinâmico sobre territorialidades e conflituosidades rurais e sobre as diferentes formas de

apropriação da natureza atualmente em curso e organizadas por interesses do capital internacional.

Deste modo, a chave da proposta será a de partir de nossas experiências e angústias para tentar ver o que seria possível partilhar para aprender e para conseguir articular entre si e na sociedade a ação social desses agentes que se movimentam isolados ou em grupo e que aparecem no decorrer desses processos a contrapelo (situações de conflito rurais e periféricos). A expectativa é a de que possamos partir do que já fazemos e seguir trocando saberes até chegar a modos e momentos de invenção criativa que permitam fazer aparecer certas territorialidades rebeldes e gestões no universo dos Comuns que já existem. E para pensar em que medida nosso trabalho acadêmico de pesquisa, ensino e extensão ou de assessoria pode ver e reconhecer, teórica e empiricamente, essas novas e populares alternativas concepções de Estado, de Direito e de sociabilidade que já estão sendo produzidas pelos subalternizados – os eternamente rejeitados pelos governos e elites consorciadas as quais se apresentam como as pretensas formuladoras de ideias particulares revestidas de pensamento universal chanceladas pelas mídias que também decidem assegurar suas identidades como única versão naturalizada na formação viva de processos de luta coletiva. Os pobres, pretos, indígenas, caiçaras, comunais, atingidos por barragens ou cercamentos de terra ou água são os silenciados que nesta proposta precisam gritar.

A ideia, na verdade, é a de começar sem uma formatação dada para se pensar de modo partilhado e dentro de cada experiência igualmente considerada e sem uma direção intelectual e política já estabelecida, sem uma diretriz para a definição da rede e de seus propósitos e alcances, de modo a que se possa fazer e decidir juntos e coletivamente o modo melhor de a realização dessa *Rede de Observatórios e Laboratórios fundiários e territoriais rurais em situação de conflito no Brasil e na América Latina* que até hoje andaram desconectados, mas que articulados poderão chegar a formar uma outra e nova forma de trabalho e assessoria popular.

REFERÊNCIAS

FALS-BORDA, O. **Por la praxis**: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá: FUNDABCO, 1978. Disponível em <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000411.pdf>>.

FERNANDES, B. M. (et al.). **Educação do campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA, 2008.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Ver especialmente o Prefácio.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-Americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MARÉS, C. F. Prefácio: Uma hermenêutica para a dignidade humana. In: ESCRIVÃO FILHO, Antônio. **Uma hermenêutica para o programa constitucional do trabalho rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, D. P. (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008, pp. 21-44.

_____. “Construção de Novas Competências para o Desenvolvimento Rural. Mesa Redonda no **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, Agricultura Familiar e Meio Ambiente**. Aracaju, 22 de outubro de 2004.

NOVAES, R. R. “A Mediação no Campo: entre a Polissemia e a Banalização”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo, et al (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

RIBEIRO, A. M. M. “A Experiência Social e a Versão Autobiográfica da Identidade do Polo Sindical do Submédio São Francisco”. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta. **O Polo Sindical do Submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda**. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2008, Capítulo 2.

ROMANO, J. O. “Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo, et al (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

SAUER, S. Terra e modernidade. **A reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In: NEGRO, A. L. e SILVA, S. (org.). E. P. Thompson. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Tradicion, Revuelta y Consciencia de classe**. Barcelona: Critica, 1979.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>.